

Márcio Coimbra*

Pax Trumpista

Ao analisar o tabuleiro global de 2026, torna-se evidente que a criação do Board of Peace (BoP) por Donald Trump não foi um ato impulsivo, mas uma leitura realista sobre a obsolescência das instituições do século XX. Enquanto a burocracia europeia se apegava a dogmas, Trump identificou a falência terminal da ONU — hoje um fórum de paralisia deliberativa e parasitismo burocrático. Percebendo que a ordem de 1945 ruiu sob o peso da ineficiência, ele propôs uma nova gramática: o pragmatismo transacional elevado ao nível de governança global.

Este vácuo institucional já havia impulsionado a expansão dos BRICS. Historicamente, o bloco consolidou-se mais como um sintoma de descontentamento com a hegemonia do G7 do que como uma aliança integrada. Contudo, a estratégia da política externa americana agora demonstra inteligência ao explorar as fissuras dessa arquitetura idealizada pela China. O BRICS+, um “casamento de conveniência”, abriga tensões profundas entre exportadores de energia e importadores asiáticos. É precisamente nessa brecha que o BoP se insere.

O movimento americano enfraquece o BRICS ao oferecer o que Pequim nunca pôde: acesso imediato e direto ao epicentro do poder econômico e militar, sem as amarras diplomáticas. Ao instituir uma taxa de US\$ 1 bilhão por um assento permanente, Trump não está apenas “vendendo influência”, mas realizando uma filtragem de relevância. Ele transforma a geopolítica em um ambiente de private equity, onde o aporte financeiro garante um stakeholder com voz ativa. Para nações como Índia, Arábia Saudita ou Brasil, a oferta é tentadora: deixar de ser “sócio minoritário” da China para ser sócio direto na gestão da economia global sob a égide do dólar.

Este jogo altera a ordem internacional de forma irreversível. Ao contornar a ONU, retira-se da Rússia e

da China sua ferramenta mais potente: o poder de veto. No BoP, o poder emana da capacidade de execução e recursos. Se os grandes fluxos de capital e garantias de segurança passarem pelo “balcão” do BoP, as cúpulas do BRICS e as assembleias da ONU esvaziam-se. O pragmatismo de Trump força o Sul Global a uma escolha binária: a retórica de um bloco emergente ou a eficácia transacional de quem controla a moeda global.

A engenharia política dos EUA aplica um xeque-mate sem confronto direto. Em vez de destruir o BRICS com sanções, Washington o torna irrelevante. Ao atrair os membros mais influentes do bloco através do lucro e da segurança, ocorre uma fragmentação interna. Sem a Índia ou os gigantes do petróleo, o BRICS reduz-se a um eixo sino-russo isolado, perdendo sua legitimidade como voz do mundo em desenvolvimento.

Trump entendeu que, no caos institucional contemporâneo, a influência é conquistada por resultados rápidos. O Board of Peace é a materialização de uma ordem onde a diplomacia é substituída pela negociação executiva. Se a iniciativa vingar, a história registrará que o fim da ameaça sistêmica dos blocos rivais não veio de uma guerra, mas de uma reconfiguração do tabuleiro. É o triunfo da realpolitik sobre o idealismo: um xeque-mate silencioso que substitui o direito internacional pela governança corporativa.

***Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

Victor Corrêa*

Unidos do burnout

Carnaval é tempo de extravasar. De esquecer os problemas. De fingir, por alguns dias, que o trabalho não existe.

Há quem vá aos blocos e se jogue na folia. Há quem apenas queira dormir, silenciar o celular e desaparecer por alguns dias.

Burnout é um termo em inglês que se popularizou—e que merece ser melhor entendido. Significa queimar até o fim.

Mas, para além da imagem, trata-se de um distúrbio emocional marcado por exaustão extrema, estresse persistente e esgotamento físico decorrente de situações de trabalho desgastantes. Sua principal causa é o excesso. Excesso de cobrança. Excesso de responsabilidade. Excesso de pressão contínua.

No carnaval, a queima é simbólica e tem data para acabar. No cotidiano profissional, quando a sobrecarga vira regra, a queima emocional é contínua, e a quarta-feira de cinzas pode durar o ano inteiro.

Especialistas que se dedicam ao tema descrevem o burnout como um quadro de esgotamento físico e mental provocado por estresse crônico, sempre relacionado ao ambiente de trabalho. A síndrome é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como fenômeno ocupacional e envolve exaustão persistente, distanciamento emocional e sensação de ineficácia.

Em termos simples, a pessoa continua cumprindo metas, mas já não recupera a energia nem encontra sentido no que faz. Então, o burnout não nasce no indivíduo.

Ele nasce em metas inalcançáveis. Em equipes reduzidas. Em jornadas invisíveis. Em lideranças que confundem pressão com competência.

Nasce também de uma estrutura que naturaliza ignorar o que o outro sente, organizações que tratam sofrimento psíquico como fraqueza e o afastamento como exagero.

O burnout não está restrito ao ambiente físico da

empresa. Ele também atravessa o home office, onde as pressões mudam de forma, mas não de intensidade — a jornada se dilui, o descanso se fragmenta e a cobrança permanece.

Dados do Ministério da Previdência Social mostram que os afastamentos por burnout cresceram 493% entre 2021 e 2024, passando de 823 para 4.880 registros. Só nos primeiros seis meses de 2025 foram contabilizados 3.494 afastamentos, o equivalente a 71,6% do total de 2024.

Especialistas alertam para a subnotificação. Muitos casos seguem registrados apenas como ansiedade ou depressão, sem que se reconheça formalmente ao rigem ocupacional. O que aparece nas estatísticas é apenas parte do problema.

É confortável responsabilizar o indivíduo. Falar em falta de resiliência. Em incapacidade de lidar com pressão. Mais difícil é reconhecer que a forma como o trabalho vem sendo organizado produz adoecimento.

Às vezes, o que faltou não foi um grande programa de bem-estar corporativo. Faltou o básico da chefia: presença, escuta e disposição para redistribuir a carga antes que ela se tornasse insustentável. Ninguém escolhe sofrer.

A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que passa a exigir das empresas a identificação e o gerenciamento de riscos psicossociais a partir de maio de 2026, é um reconhecimento tardio de algo que os números já escancaram.

Sobrecarga sistemática, assédio e pressão constante não são traços de liderança. São fatores de risco.

O carnaval acaba. A rotina volta. Quando o trabalho adoce, não é o indivíduo que falhou.

***Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)**

EDITORIAL

O teste da Alesp e o futuro das escolas

A tramitação da Reforma Administrativa da Educação, abriu mais um capítulo na já conhecida tensão entre gestão pública e valorização do magistério em São Paulo. Antes mesmo de avançar pelas comissões da Alesp, a proposta mobilizou professores, sindicatos e parlamentares, revelando que o debate ultrapassa o campo técnico e entra diretamente no terreno político e social.

Do lado do Executivo, o discurso é claro: modernizar a carreira, estabelecer critérios objetivos de progressão, dar previsibilidade fiscal e premiar desempenho. A lógica acompanha um movimento observado em outras áreas do serviço público, em que mecanismos de avaliação passam a orientar promoções, transferências e bonificações. O governo sustenta que não há política pública eficaz sem indicadores mensuráveis e que a meritocracia, quando associada a metas pedagógicas, pode elevar a qualidade do ensino e melhorar a gestão da rede estadual, uma das maiores do país. Já na Alesp, especialmente entre representantes ligados à educação, o foco está no impacto concreto das mudanças no cotidiano escolar. Professores temem que a avaliação deixe de ser instrumento de diagnóstico pedagógico para se tornar ferramenta de punição administrativa. A alteração nas regras de faltas, por exemplo, é apontada como medida que ig-

nora a realidade da rede: salas superlotadas, violência escolar e carência de infraestrutura. Para esses grupos, cobrar resultados sem oferecer condições adequadas de trabalho distorce a própria finalidade da educação pública.

Há ainda o fator político-procedimental. A tramitação em regime de urgência ampliou resistências e reforçou a percepção de ausência de diálogo prévio com a categoria. Em reformas estruturais, forma e conteúdo caminham juntos: mesmo propostas tecnicamente defensáveis tendem a enfrentar rejeição quando não construídas com participação social. O impasse revela dois projetos de gestão do serviço público. Um prioriza eficiência administrativa e controle de resultados; o outro enfatiza condições de trabalho e a natureza humana do processo educativo. Ambos têm fundamentos legítimos, e é justamente por isso que o conflito não se resolve com simples votação.

Mais do que aprovar ou barrar o texto, o desafio da Alesp será transformar a tramitação em negociação real. Reformas duradouras não nascem da imposição nem da resistência absoluta, mas do equilíbrio entre responsabilidade fiscal e valorização profissional. Na educação, esse equilíbrio não é detalhe técnico e sim condição para que qualquer política sobreviva ao tempo e produza efeitos além do papel.

Opinião do leitor

Que orgulho!

Novou no Carnaval brasileiro. Medalha de Ouro nas Olimpíadas de Inverno! Emocionante vê-lo tão simplesmente emocionado! Parabéns Lucas do Brasil! Incrível, inédito, histórico!

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.